

Grupos se unem e vão fazer um só substitutivo

Facções de Richa (conservadora) e de Scalco (progressista) englobam mais de 150 parlamentares



Bernardo Cabral

“Emendas do Governo não existem”

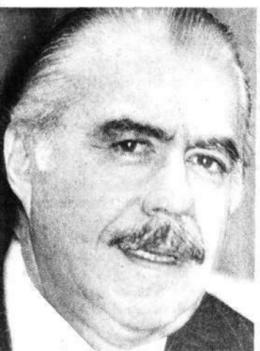
A informação de que o Governo estaria encaminhando à Constituinte um substitutivo elaborado pelo ministro da Justiça, Paulo Brossard, e pelo consultor-geral da República, Saulo Ramos, suscitou através de 188 emendas pelos constituintes Prisco Vianna e Edson Lobão, foi negada simultaneamente pelo líder do Governo, Carlos Sant'Anna, e pelo relator da Sistematização, Bernardo Cabral.

— Eu não tenho o menor conhecimento disso, e não creio que acontecesse sem que ficasse sabendo — garantiu Carlos Sant'Anna. Já o relator Bernardo Cabral, igualmente surpreso, adiantou que se vier como emenda suscitada por um parlamentar, a contribuição será acolhida como todas as demais que lhe chegaram às mãos remetidas pelos mais variados segmentos sociais. “Mesmo assim, me reservo o direito de aceitar ou não”.

NA EUROPA

O líder Carlos Sant'Anna explicou que o que existe, é um conjunto de cerca de 100 emendas apresentadas por parlamentares do Centro Democrático detendo interesses do governo José Sarney, ainda na fase da Comissão de Sistematização. Já o deputado Prisco Vianna, nesta mesma época, quando se discutia se a Sistematização aproveitaria ou não emendas de mérito, apresentou duas emendas englobando os títulos do Poder Executivo e Poder Legislativo. “Eu desconheço que este trabalho, a elaboração de um substitutivo, tivesse sido feita pelo Brossard ou Saulo Ramos. O Saulo nem está aí, está na Europa”, revelou Sant'Anna.

Ele observou ainda que, o Governo só teria um substitutivo a partir do agrupamento de todas as mais de 100 emendas suscitadas pelos membros moderados do Centro Democrático, o que poderia se parecer com um projeto fechado. “Por enquanto estamos numa fase de expectativa. Se o relator Bernardo Cabral absorber bem nossas sugestões no seu substitutivo, não o emendaremos muito não. Mas do contrário, vai ser uma loucura, teremos de apresentar um novo conjunto de sugestões ao seu trabalho”.



Sarney: arrependido

Sarney lamenta ter desprezado Projeto Arinos

O presidente José Sarney manifestou-se arrependido de não ter nomeado uma comissão para sintetizar o projeto de nova Constituição formulado pela chamada Comissão Afonso Arinos, em reunião na noite de domingo, no Palácio da Alvorada, de que participavam, além do próprio Arinos, o Ministro da Administração, Aluizio Alves, e o Senador do PFL maranhense Edison Lobão.

Sarney e seus interlocutores lamentavam o resultado obtido, até agora, pela Constituinte, reconhecendo que para isso muito contribuiu a inexistência de um projeto que servisse de roteiro. Todos concordaram, ainda, em que é uma tradição no Brasil, cultivada ao longo da história, que o Poder Executivo envie às Assembleias Constituintes projetos de Constituição.

O Presidente da República reconheceu que foi um erro de sua parte não ter designado uma comissão de alto nível para sintetizar o projeto elaborado pela Comissão de notáveis presidida pelo professor e senador Afonso Arinos. Agora, diante do quadro preocupante que se verifica, julga importante estimular as negociações que já se verificam no âmbito da Constituinte a fim de que se chegue a uma Constituição digna desse nome.

Duas das cinco facções suprapartidárias em que hoje se divide a Constituinte — os grupos “do consenso” e “dos 32”, respectivamente liderados pelo deputado Euclides Scalco (PMDB-PR) com apoio do líder Mário Covas, e pelo senador José Richa (PMDB-PR) — decidiram ontem unir-se em torno de um substitutivo comum ao projeto Bernardo Cabral.

O acordo, intermediado pelo senador Virgílio Távora (PDS-CE), foi confirmado pelos líderes dos dois grupos, que chegaram a conversar várias vezes, por telefone, discutindo os termos do entendimento. Só não formalizaram a união dos esforços, em encontro previsto para ontem à tarde, porque o senador José Richa esteve envolvido até a noite em outra reunião.

Segundo Richa, os dois grupos optaram por metodologias diferentes de trabalho: o que ele lidera não está examinando os pontos polêmicos do projeto constitucional, já o de Scalco relacionou para discussão exatamente os 19 assuntos mais controversos da proposta. Isto permitirá segundo o senador, que os dois textos sejam, no final, acoplados.

Também o deputado Euclides Scalco não vê dificuldades para a união das duas facções. Evitando rotular ideologicamente os componentes de um e do outro grupo, deixou claro que ambos pretendem o mesmo objetivo: aperfeiçoar o projeto constitucional. Com o acordo, segundo revelou, será possível unir cerca de 150 parlamentares em torno de uma mesma proposta alternativa.

O senador Virgílio Távora, que participa de ambos os grupos ficou encarregado de convidar hoje, formalmente, os integrantes do “bloco do consenso” para uma reunião conjunta com o “dos 32” na próxima segunda-feira, disse que o acordo é “perfeitamente viável”, porque não há idéias preconcebidas em torno de qualquer tema em debate.

O surgimento desses grupos suprapartidários foi avaliado por José Richa como consequência

da falta de atuação das lideranças partidárias, que deixaram espaços políticos abertos. O senador disse que está na hora de os partidos assumirem o comando do processo de negociação.

DIVERGENCIAS

Apesar do acordo anunciado pelos líderes dos dois blocos, há divergências entre os seus integrantes. O grupo de Scalco, por exemplo, não admite a hipótese de alteração do Regimento Interno para a apresentação de um substitutivo — pretende formalizar suas sugestões através de emendas de mérito. Já a facção de Richa trabalha na elaboração de um texto integral em substituição ao projeto Bernardo Cabral, embora também admita encaminhar emendas por capítulos.

Integrantes dos dois blocos negam que tenham sido estimulados a modificar o projeto constitucional. De acordo com o deputado Euclides Scalco, o “grupo do consenso” não “tem padrões”. Por sua vez, o deputado Israel Pinheiro Filho, um dos 32, garantiu que não há qualquer inspiração do relator Bernardo Cabral por trás do trabalho de sua facção, mas apenas o desejo comum de vários parlamentares no sentido de aperfeiçoar a proposta.

MAIS DE QUARENTA

Bastaram algumas notícias nos jornais para que o bloco de Richa perdesse o direito de ostentar o nome de “grupo dos 32”, como foi apelidado pela imprensa. O senador recebeu telefonemas de adesão, e calcula que já há mais de 40 constituintes envolvidos no trabalho.

Nas longas reuniões que o grupo tem promovido, entretanto, o número de participantes é bem menor. Ontem, eles discutiram um assunto árido — o sistema tributário — e outro bastante polêmico — a ordem econômica, e hoje passarão a examinar a questão da reforma agrária. Embora não neguem, estão se debruçando sobre itens polêmicos da Constituição.

O grupo reúne muitos políticos de centro, como Richa e Israel

Pinheiro Filho, além do empresário Afif Domingos (PL-SP), do relator da Constituição de 1967, Konder Reis (PDS-SC), dos ex-ministros Arnaldo Prieto (PFL-RJ) e Francisco Dornelles (PFL-RJ), da deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ) e do deputado Nilson Gibson (PMDB-PE). Há também constituintes mais progressistas, embora em número bem reduzido, como Bocayuva Cunha (PDT-RJ).

Em seu trabalho, o grupo relacionou os pontos polêmicos, qualificando-os de ideológicos ou políticos. Nos primeiros estão a estabilidade no emprego, a jornada de trabalho, a pluralidade sindical, a reforma agrária, a intervenção do Estado na economia, a reserva de mercado, o conceito de empresa nacional, a escola pública e privada, a seguridade e a anistia. Os pontos controversos considerados políticos são o mandato do Presidente, o sistema de governo e o sistema eleitoral.

CONSENSO

Numericamente mais expressivo que a facção liderada por Richa, o “grupo do consenso”, apoiado pelo líder Mário Covas, reúne hoje mais de 100 parlamentares. Segundo o deputado Euclides Scalco, há representantes de todos os partidos políticos, do PDS ao PC do B. O que um político de formações ideológicas tão diversas e, de acordo com Scalco, o desejo de “conciliar o texto constitucional com as aspirações nacionais”.

Para conseguir o consenso em bloco tão heterogêneo, foi preciso excluir do debate os temas mais “quentes” da Constituição. O mandato presidencial, o regime de Governo e o voto distrital simplesmente não serão objeto de exame pelo grupo.

Entre os 19 pontos relacionados por Scalco, estão a reforma agrária, a empresa nacional, o ensino público, a anistia, a dívida externa, meio ambiente, a intervenção estatal na economia, a distribuição de rendas, a questão urbana, o sistema tributário e a seguridade social.

EUGENIO NOVAES



Chiarelli, Maciel, Ulysses e Lourenço: Aliança Democrática quer o comando

Negociação começará na Aliança

Costurar um acordo interno na Aliança Democrática e depois discutir os pontos polêmicos com os outros partidos políticos. Esta estratégia em torno do futuro substitutivo do deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), relator da Comissão de Sistematização, foi detalhada ontem em encontro do presidente da Constituinte e do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, e toda a cúpula do PFL. A necessidade da Aliança Democrática retomar a condução das negociações sobre o projeto de Constituição — um processo hoje dominado por um carnaval de blocos suprapartidários — já havia sido avaliada na semana passada em encontro dos presidentes do PMDB e PFL.

Da conversa de ontem participaram também o secretário-geral do PFL, deputado Saulo Queiroz — do grupo dos “modernos” do partido — e os líderes do PFL no Senado, Carlos Chiarelli, e na Câmara José Lourenço — que é um dos líderes do bloco suprapartidário dos “moderados”. Segundo os entendimentos, o deputado Ulysses Guimarães vai se acertar com o relator Bernardo Cabral para que o substitutivo seja entregue às lideranças da Aliança antes do prazo regimental — 13 de agosto. Depois que PMDB e PFL analisarem juntos o documento, “o que é perfeitamente normal, já que estamos coligados”, frisou o senador Marco Maciel, presidente do PFL, as lideranças formais dos outros partidos serão chamadas ao debate.

O presidente do PFL, assim como os líderes do partido, nega que seja uma estratégia para evitar o atropelamento da Aliança, que tem a maioria na Constituinte, pelos blocos suprapartidários, que tomaram a dianteira nas discussões sobre o projeto do deputado Bernardo Cabral.

A manifestação dos diferentes grupos partidários e suprapartidários é positiva, na opinião do senador Marco Maciel, pela contribuição oferecida ao relator. Maciel acha, no entanto, que esse trabalho vai se esgotar na apresentação de sugestões para a elaboração do substitutivo e que, depois disso, a discussão tomará um rumo mais institucional, ou seja, vai ser comandada pelos partidos.

Os presidentes do PFL e PMDB não tinham, há tempo, discursos tão semelhantes. Para o deputado Ulysses Guimarães, o trabalho dos blocos partidários — “não são blocos, são conjuntos de companheiros unidos pelo interesse de colaborar para a Constituição” — é válido e interessante. Para evitar dúvidas sobre sua posição, que sempre foi de crítica ao tão falado bloco suprapartidário de sustentação ao Governo, Ulysses Guimarães explicou: “o que é importante é que esses agrupamentos ali estejam cuidando da Constituinte: muito ruim seria se eles não estivessem tratando da Constituinte”.

Esse acordo interno na Aliança deixa em banho-maria as divergências internas entre PMDB e PFL. O líder Carlos Chiarelli diz que é hora de deixar de lado as “infidelidades transitórias”. Já o líder José Lourenço, principal incendiário nas brigas da Aliança e um dos maiores críticos ao ministro peemedebista Raphael de Almeida Magalhães, afirmou que “problemas com um ou outro ministro terão de ser superados nesse momento”.

“Projeto não é do relator”, diz Fontana

“Não existe projeto Bernardo Cabral, ainda, dentro de nosso círculo de constituintes”. Afirmação foi feita ontem no plenário da Assembleia Nacional Constituinte pelo deputado Victor Fontana (PFL-SC).

O deputado disse que era sua intenção “corrigir uma injustiça que se processa por todo o Brasil, pois tanto os jornais, as revistas, o rádio e a televisão estão apresentando o anteprojeto, sobre o qual estamos trabalhando agora, como sendo de autoria do relator Bernardo Cabral (PMDB-AM)”.

Em sua argumentação, Victor Fontana ponderou que o relator da Comissão de Sistematização apenas procurou ordenar, da melhor forma possível, aquilo que recebera das comissões temáticas.

Os “32” aprovam novo imposto

A instituição do imposto sobre o patrimônio líquido das pessoas físicas, a explicitação de que o conceito de empresa nacional servirá “para os fins que a lei estabelecer”, o orçamento bianual e a obrigatoriedade de as políticas da Caixa Econômica Federal e do BNDES serem submetidas ao Congresso foram algumas das decisões adotadas ontem pelo grupo coordenado pelo senador José Richa (PMDB-PR) que está trabalhando numa alternativa ao projeto de Constituição.

O grupo resolveu estabelecer que é da competência da União instituir aquele imposto, e as normas serão definidas em lei ordinária. No projeto da Comissão de Sistematização, há apenas a previsão de que entre as contribuições para a Seguridade Social está aquela sobre o patrimônio líquido das pessoas físicas.

Outra decisão foi aumentar o Fundo de Participação dos Municípios no ICM de 25 para 27 por cento. O grupo aprovou também a inclusão, em âmbito estadual, do imposto de transmissão de propriedade de veículos automotores usados, excluindo então o ICM, diante das dificuldades de cobrança deste tributo.

A competência para instituir o ISS foi transferida do Estado para o município, e foi suprimido

do imposto sobre vendas a varejo de mercadorias, cuja instituição caberia, de acordo com o anteprojeto constitucional, ao município.

O grupo aprovou sugestão do deputado César Maia (PDT-RJ) de orçamento bianual, modelo adotado pelos Estados Unidos e pela Inglaterra:

— Num ano se aprova o orçamento do ano seguinte, e o Congresso dispõe de um ano para discutir o orçamento do ano seguinte, que retorna negociado — explicou César Maia.

De acordo com o trabalho do grupo, as políticas das agências financeiras públicas de fomento — Caixa Econômica Federal e o BNDES — terão que ser submetidas ao Congresso Nacional. Três artigos sobre os orçamentos foram suprimidos. O primeiro dispõe que o numerário correspondente às dotações destinadas à Câmara, ao Senado e ao Tribunal de Contas da União será entregue em quotas, até o 15º dia de cada trimestre, representando a quarta parte da respectiva despesa total fixada no orçamento fiscal de cada ano, inclusive créditos suplementares e especiais.

O segundo dispositivo suprimido fixa que todos os órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive as fundações instituídas e mantidas pelo poder público, serão

obrigados a divulgar, semestralmente, no órgão de imprensa oficial, demonstrativo evidenciando, por faixas de remuneração, a quantidade de servidores existentes, os admitidos e os desligados no período, bem como a respectiva lotação. O outro artigo retirado prevê que a concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação ou alteração de estrutura de cargos e de carreiras, bem como a contratação de pessoal pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações, só poderão ser feitas se houver previamente dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes, e se houver autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias.

O artigo com o conceito de empresa nacional, questão polêmica na Constituinte, foi modificado apenas para explicitar que “para os fins que a lei estabelecer” será considerada empresa nacional a pessoa jurídica constituída e com sede no País, cujo controle decisório e de capital esteja, em caráter permanente, exclusivo e incondicional, sob a titularidade direta ou indireta de pessoas físicas domiciliadas no país, ou por entidades de direito público interno.

Governadores discutirão tributos

Pará — O governador Hélio Gueiros confirmou que irá à reunião dos governadores de estado marcada para a próxima semana no Rio de Janeiro, com o objetivo de debater a reforma tributária. Mas acrescentou o governador paraense que numa reunião onde estarão os 22 governadores o tema político deve ser um dos principais do encontro e que ele está disposto a defender em todas as reuniões de que participará a mesma tese que defendeu na convenção do PMDB, ou seja, um mandato de cinco anos para o presidente José Sarney e o presidencialismo como forma ideal de governo para o Brasil.

No Recife o porta-voz do Palácio das Princesas, jornalista Ricardo Leitão, informou hoje que o governador Miguel Arraes não sabe se irá ou não à reunião de governadores, no Rio de Janeiro, porque não recebeu nenhum convite oficial nesse sentido.

O governador Tasso Jereissati tem viagem marcada para segunda-feira a Brasília, onde permanecerá até quarta-feira, quando embarca na comitiva do presidente José Sarney para visitar as obras de construção da hidrelétrica de Xingó, no estado de Alagoas.

O secretário da Fazenda de Pernambuco, Flávio Lyra, confirmou presença na reunião de secretários estaduais de Fazenda, em Canela, Rio Grande do Sul, nos dias 6 e 7 deste mês.

Em Maceió o governador Fernando Collor confirmou sua presença na reunião dos governadores no Rio. A informação, do secretário de Imprensa Cláudio Humberto Rosa e Silva, confirma também a presença do secretário da Fazenda Luiz Dantas no encontro nacional dos secretários de Fazenda.



Hélio Gueiros

Lei de Defesa do Estado vai ser “mais equilibrada”

O anteprojeto da Lei de Defesa do Estado Democrático não deverá centralizar sua preocupação exclusivamente com a ideologia da segurança nacional, disse ontem o consultor jurídico do Ministério da Justiça, Sérgio Porto, que preside a comissão que elabora o anteprojeto.

— Vamos elaborar uma lei mais equilibrada, tendo em vista experiências de outros países, sem uma excessiva preocupação com a ideologia da segurança nacional, na qual foi baseada a lei atual, disse Sérgio Porto.

O presidente da comissão, formada por juristas de todo o País,

entre os quais dois que já integram idêntica comissão ao tempo do ex-ministro Fernando Lyra (Renê Dotti e Evaristo de Moraes Filho), ainda não sabe definir as tendências do anteprojeto da Lei de Defesa do Estado Democrático, mas centraliza os estudos nas questões como a definição dos crimes contra o Estado, as penas correspondentes para julgar esses crimes, se a comum ou a militar.

Segundo Sérgio Porto, o Brasil poderá dotar o Código Penal de um capítulo especial ou adotar uma lei especial para os crimes contra a ordem pública, como já existe na Itália. O consultor

jurídico do ministério, no entanto, já adianta que a substituição da Lei de Segurança Nacional não quer dizer que os crimes contra o Estado deixarão de existir. “Esperamos chegar ao meio-termo, com a eliminação de uma lei que causa repulsa e a elaboração de outra que proteja determinados valores”, disse Sérgio Porto.

O anteprojeto não tem prazo fixado para a entrega ao presidente Sarney. Só no exame das leis de outros países, a comissão de uma comissão de 15 dias, para só depois começar a fazer o esboço da Lei de Defesa do Estado Democrático.

PFL quer ver, antes, o texto

O PFL obteve ontem do presidente do PMDB, deputado Ulysses Guimarães (SP), a promessa de consultar o relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), se ele concorda em submeter previamente à Aliança Democrática o seu substitutivo, a fim de que este represente o pensamento da maioria da Constituinte.

O argumento usado pelo PFL, que convenceu o deputado Ulysses Guimarães, foi de que o substitutivo, se não representar o consenso, terá de ser emendado, com risco de agravamento dos choques existentes. Havendo acordo prévio, Bernardo Cabral não teria sua imagem desgastada.

POLEMICOS

O encontro do presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães com a cúpula do PFL — senador Marco Maciel, líderes Carlos Chiarelli (RS) e José Lourenço (BA) e o deputado Saulo Queiroz — foi um desdobramento da realização do último encontro. O PFL procurou dessa vez convencer Ulysses de que o

substitutivo tem de resultar de acordo, como aconteceu com o regimento da Constituinte.

Ulysses e o PFL concordaram em que existem, no máximo, 12 itens realmente polêmicos e que os diversos grupos estão fazendo um bom trabalho de aproximação. O mais elogiado tem sido o articulado pelo senador José Richa (PMDB-PR), cujo trabalho seria a base da nova Constituição. O dos progressistas do PFL e do PMDB ficaria como subsidiário.

A previsão do PFL é de que pelo trabalho de aproximação sucessiva se conseguirá, ao final, uma Constituição que resulte do consenso, eliminando os radicalismos de esquerda e de direita.

Como afirmou importante parlamentar do PFL, não adianta discutir, agora, o mandato do presidente José Sarney. A maioria concorda em que se o plano Bresser tiver êxito, o Presidente ficará com mandato maior. Na hipótese de fracasso, serão inevitáveis as eleições no próximo ano. Ficaria em debate apenas o mês.

LEONARDO MOTA

Brizola fatura

O ex-governador Leonel Brizola está marcando visitas em todo o País com setores políticos descontentes com o atual quadro partidário, e que desejam migrar para legendas com carisma de vitória. O candidato do PDT à Presidência da República oferece uma perspectiva real de poder aos prefeitos que se engajaram às eleições do próximo ano, a maioria do PMDB, e que este partido, tornado uma grande frente, não está sabendo manter.

Ontem, por exemplo, vários prefeitos do Paraná estiveram no Ministério do Interior acompanhando delegação de deputados do PFL. Isso porque, segundo eles, os recursos federais não têm chegado aos municípios, pois os governadores do PMDB os retêm. Não há solidariedade entre a cúpula e a base.

Brizola se dispõe a capitalizar essas contradições e mais ainda a falta de credibilidade do governo Sarney para recriar o clima de confiança na política econômica. O Plano Bresser é teoricamente bom, o professor é competente e honesto, e sua equipe não é seduzida pelos “spots”, o como eram os supostos gênios do Sr. Dilson Funaro. Mas o fato é que o povo não está comprando o programa, pois sequer o PMDB o encampa e o respeita. Enquanto isso, há ameaças concretas de demissão em massa no ABC paulista, na indústria automobilística, e o PT está disparado nas pesquisas como o preferido naquele Estado. O Governo Sarney poderá vir a ser o maior eleitor do Sr. Leonel Brizola, a continuar montado num partido envergonhado — o PMDB — e num inexistente, o PFL. E sem decisão.

INJUSTIÇA EM PLACA

A prefeitura do Recife vai mandar afixar em placa, para conhecimento público, a relação dos constituintes de Pernambuco que têm sido mais eficientes na Assembleia. Nesse placard, o senador Marco Maciel e o ministro Joaquim Francisco são apresentados como tendo produtividade zero, na apresentação de emendas e frequência em plenário e comissões. Trata-se de um grande intriga: tanto senador como ministro estão afastados dos trabalhos da Constituinte, um presidente do PFL e outro no Ministério do Interior.

NÃO HA LIVRO

O ex-presidente Geisel, na verdade, não está escrevendo qualquer livro autobiográfico. Está, sim, reunindo documentos para o dia em que resolver começar a escrever um livro sobre sua passagem pela Presidência, mas evitará a tentação de fazer história pessoal. Geisel, inclusive, pediu ao ex-ministro Armando Falcão que colocasse na gaveta um projeto de livro — que já ia bastante adiantado — sobre a história do clã Geisel, desde Estrela, no Rio Grande do Sul, até a fase em que os irmãos Orlando e Ernesto foram os dois líderes do País, um do Exército, outro do regime.

O chamado grupo “Centro-Democrático” do PMDB já ganhou um apelido muito peculiar à época de acentuado fisiologismo que está se vivenciando no País: “Shopping-center”.

FISILOGISMO DE VOLTA

Tanto quanto a esperteza, que pode se voltar contra o esperto, a indecisão é capaz de agravar as relações políticas do Governo com sua base parlamentar: depois de muito pensar, o presidente Sarney nomeou ontem o Sr. Delílio Guerra de Macedo para presidente do B.A.S.A. Pela demora, haviam-se formado grupos variados de pressão e interesse, hoje ressentidos. Já dizia Maquiavel: “Cuidado com os ressentidos”.